

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

Grupo de Trabalho sobre Água e Florestas

Relatório do Grupo de Trabalho sobre Água e Floresta

O Grupo de Trabalho sobre Água e Floresta – GT foi criado na 77ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, realizada em 9 de agosto de 2005. A coordenação do GT ficou a cargo da representante das organizações não governamentais, Ninon Machado.

As reuniões dessa primeira fase tiveram o seguinte calendário:

- 1ª 12 de setembro de 2005
- 2ª 10 de outubro de 2005
- 3ª 7 de novembro de 2005
- 4ª 26 de fevereiro de 2006
- 5ª 18 de outubro de 2006
- 6ª 27 de novembro de 2006
- 7ª 10 de abril de 2007
- 8ª 14 de maio de 2007
- 9ª 12 de novembro de 2007
- 10ª 31 de agosto de 2008
- 11ª 15 de setembro de 2008
- 12ª 4 de março de 2009

Como produto da primeira fase do Grupo de Trabalho, foi realizada a Oficina de Trabalho “Água, Floresta e Solos” nos dias 27 e 28 de maio de 2008 em Brasília, DF, que contou com a participação de todo o Brasil. Os resultados foram publicados no “Relato dos Trabalhos: Oficina Água, Floresta e Solos”, lançado pelo CNRH.

O resultado dessa primeira fase, ainda que tenha catalisado o interesse sobre o assunto no âmbito do CNRH e compilado informações importantes, não trazia os passos seguintes para a efetiva implementação das soluções propostas, especialmente no aspecto institucional. Para dar continuidade a esse trabalho, em 18 de agosto de 2009, o GT encaminhou à CTIL proposta de prorrogação do seu mandato por doze meses para uma segunda fase. Na sua 111ª reunião, na mesma data, a CTIL aprovou a extensão do mandato e delimitou o escopo de atuação do GT:

- Proposições de mecanismos visando maior articulação entre as instâncias normativas, consultivas, deliberativas e executivas previstas nas políticas públicas com influência na gestão dos recursos hídricos, florestas e uso dos solos, notadamente entre o SINGREH e o SISNAMA.
- Proposições de mecanismos de articulação entre as Políticas de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, tendo a conservação das Áreas de Preservação Permanente – APP (especialmente as áreas de nascentes) previstas no Código Florestal Brasileiro como objetivo comum.

Os seguintes pontos propostos pelo GT para atuação nesta nova fase não foram acolhidos pela CTIL:

- Proposições visando o aperfeiçoamento da legislação vigente, objetivando a integração das ações voltadas à gestão integrada dos recursos naturais por parte do poder público nas diferentes esferas.
- Proposições de ações para o fortalecimento da bacia hidrográfica (nas diferentes escalas) enquanto unidade territorial para o planejamento e gestão integrados dos recursos naturais,

ênfatizando a inter-relação existente entre a melhoria quali-quantitativa dos recursos hídricos, a conservação e o uso racional do solo e dos recursos florestais.

- Formulação de estratégia de divulgação das informações relativas à gestão integrada dos solos, florestas e recursos hídricos, definindo os meios de comunicação, o público alvo, o conteúdo, a abordagem e a linguagem apropriados.
- Proposições de ações que confirmem às instâncias consultivas e deliberativas previstas no SINGREH (CNRH, CERH e CBH) caráter integrador das políticas afetas à gestão integrada dos recursos hídricos, florestais e do solo, prevendo a efetiva participação de seus representantes.
- Promoção da inserção da temática nas agendas de eventos de projeção nacional nas áreas de recursos hídricos, florestas e solos.

As reuniões desta segunda fase tiveram o seguinte calendário:

- 1ª 5 de outubro de 2009
- 2ª 4 de novembro de 2009
- 3ª 4 de agosto de 2010

Na primeira reunião, o representante do Ministério da Justiça foi escolhido como seu Coordenador. O representante da WWF-Brasil, Ângelo José Rodrigues Lima foi escolhido como relator, e como sub-relator, André Pol.

Nesta segunda fase, a participação no GT foi insatisfatória, culminando com a presença na última reunião de apenas dois participantes, o Coordenador do GT e a representante da Agência Nacional de Águas, Eldis Camargo. O GT, em especial os dois membros presentes na última reunião, estavam envolvidos no levantamento da legislação relativa a água e floresta, com foco nas suas interfaces e com o objetivo de propor maior integração entre os sistemas de recursos hídricos e de meio ambiente, inclusive com a possibilidade de proposição de resolução conjunta do CNRH com o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

No entanto, em vista principalmente do crescente desinteresse dos demais membros do GT, e por isto sobrecarregar os poucos membros restantes – o Coordenador do GT é também Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Zona Costeira, desta CTIL, e do Grupo de Trabalho sobre o Rio Acre, da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços –, foi decidido que o melhor caminho no momento era propor à CTIL a extinção do GT, com sugestão de que o assunto – de fundamental importância para os recursos hídricos – fosse retomado quando o interesse nele ressurgisse, com eventual criação de novo Grupo de Trabalho.

É o relatório.

Carlos Hugo Suarez Sampaio

Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Água e Floresta

Em Brasília, 30 de setembro de 2010.